

A (RE)INVENÇÃO DO FIM: LUGARES, RITOS E SECULARIZAÇÃO DA MORTE EM GOIÁS NO SÉCULO XIX

Deuzair José da Silva (UFG)¹⁸⁶

INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema nasceu da observação de rituais fúnebres praticados na cidade em que resido: Fazenda Nova, Goiás. Depois de acompanhar um sem-número de velórios e sepultamentos, despertei-me para algumas situações para as quais não tinha resposta. Por exemplo, o costume de colocar o morto no caixão com os pés em direção à porta de saída da casa e de conduzi-lo com os pés voltados para o interior do cemitério, posição que também é mantida no enterramento. Tais questões passaram a me “incomodar” e, certo dia, numa conversa informal com um ex-coveiro da cidade, fiz-lhe algumas das indagações que haviam me ocorrido. Devo esclarecer que não se tratava de formulações com base em estudos mais acurados, dada à natureza dessa fonte, pessoa de pouca instrução formal. Ele começou afirmando que, simbolicamente, os pés voltados para a porta de saída da casa indicavam primeiramente que são os pés que as pessoas usam para andar e, por isso, deveriam “conduzi-las” nessa última viagem. Da mesma maneira, a posição dos pés também mostrava que a pessoa estava saindo de casa e entrando no cemitério, mas, neste, seus pés ficavam voltados para o interior, e não para o portão, pois dali não iria sair.

Tais explicações, naquele instante, soaram satisfatórias, mas a posteriori provocaram-me a vontade de desenvolver uma pesquisa mais concreta. Meu orientador de mestrado, professor Holien Gonçalves Bezerra, informou-me que a professora Maria Elizia Borges, da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV/UFG) desenvolvia estudos ligados à morte e decidi procurá-la. Depois de realizar algumas leituras e seguindo suas sugestões, comecei a elaborar o projeto que tem como fruto este trabalho. A escolha do objeto não esconde o envolvimento do próprio

¹⁸⁶ Doutor em História. E-mail: deuzair@uol.com.br.

pesquisador com o seu território. É a própria história, uma confusão entre sujeito, objeto e pesquisador.

O ponto de partida desta pesquisa surgiu após a leitura de um trecho do livro *Estórias da casa velha da ponte*, de Cora Coralina.¹⁸⁷ Esse livro traz uma crônica escrita com base em uma reportagem do Correio Oficial de Goiás de 1839, que fala do assassinato do sargento-mor Antônio Luiz Brandão, inspetor interino da Real Fazenda. Segundo Cora, sua bisavó havia assistido à execução do réu e contava com riqueza de detalhes o fato. Ele era um boliviano de nome Miguel, que, ao ser preso logo depois, confessou que quem o havia contratado tinha sido um cunhado da vítima. O mandante do crime foi morto pelos agentes de segurança ao resistir à prisão, mas o executor foi submetido a julgamento, cuja sentença foi a pena capital por enforcamento. Esse episódio é narrado também no “Relatório do Presidente da Província D. Joze de Assiz Mascarenhas” apresentado em Reunião Ordinária da Assembleia Provincial no ano de 1839, como se segue:

Segurança e tranquilidade pública

Estou intimamente convencido, que os crimes tendem mais, ou menos a perturbar a tranquilidade, segurança Publica, principalmente se são¹⁸⁸ de certa natureza, e revestidos de certas circunstancias: os desgraçados acontecimentos, que occorrerão nesta Capital no dia 28 de Abril passado, provaõ esta verdade. Nesse dia de luto as nove horas da manhã nesta Cidade foi publicamente assassinado o Major Antonio Luiz Brandaõ, Inspector interino da Thesouraria, e Juiz de Paz: o assassino por nome José Miguel Carrilho, natural da Bolivia está sentenciado a pena ultima. Espera-se a Decisaõ do Poder Moderador. Nesse mesmo dia a Escolta encarregada de prender ao Dr. Joaõ Gaudie Lei se vio forçada, como ella o affirma, a matar a hum seo escravo, e ao mesmo

¹⁸⁷ Cora Coralina (Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas) de Vila Boa – Goiás Velho, 20.08-1889, escreveu entre outros, “POEMAS DOS BECOS DE GOIÁS E ESTÓRIAS MAIS” (1965), “MEU LIVRO DE CORDEL” (1976), “VINTÉM DE COBRE: MEIAS CONFISSÕES DE ANINHA” (1983), “ESTÓRIAS DA CASA VELHA DA PONTE” (1985) e “OS MENINOS VERDES” (1986). [...] Doceira, contista, poetisa. Escritora, ensaísta, pesquisadora. Memorialista, cronista, articulista. Pensadora, ativista, literata. Administradora, ficcionista, conferencista. Produtora cultural, educadora, observadora. [...] Faleceu no dia 10 de abril de 1985, com 96 anos, em Goiânia, sendo enterrada em sua terra natal. [...] Foi membro da Academia Goiana de Letras, Cadeira 38, cujo Patrono é Bernardo Guimarães. Sócia da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da União Brasileira de Escritores de Goiás, da Associação Goiana de Imprensa, da Associação Nacional de Escritores, além de outras instituições culturais, sociais e de classe. Doutora “Honoris Causa”, pela Universidade Federal de Goiás. Ganhadora do Troféu Juca Pato, em 1983, concedido pela União Brasileira de Escritores de São Paulo. (MARTINS, 2008, p. 278-279).

¹⁸⁸ Foi respeitada neste trabalho a grafia original de todos os documentos citados.

Doutor por terem resistido com armas de fogo a Ordem de prisão. Eu me dispensei, Srs, de fazer observações sobre estes factos, por que tendo elles acontecido nesta Capital, quasi a nossa vista, e em minha ausencia, estáes sem duvida muito mais habilitados para os julgardes.¹⁸⁹

O leitor mais atento vai perceber a diferença de patente do oficial assassinado: sargento-mor¹⁹⁰, segundo Cora, e major, conforme o relatório do presidente Mascarenhas. A poetisa goiana afirma que o crime causou grande comoção pública, e, pela forma como o presidente se reserva de fazer maiores comentários, isso parece ficar evidente. Cora diz que, decorridos todos os trâmites, chega o dia do cumprimento da pena. É desse ponto em diante que está o que me interessa, pois o ato da execução do réu traz todo um ritual da morte. Transcrevo extratos do que escreveu Cora, pois acredito que isso permite uma melhor compreensão do fato.

Na semana que precedia o ato final, a Irmandade se achegava mais do condenado no oratório.

Cuidava da sua parte espiritual sem esquecer a parte material...

A alimentação do condenado era pedida pelos Irmãos em casa de família que de boa vontade prestavam esta última caridade, mandando comida boa, abundante e variada, além de doces, geléias, frutas e cigarros.

Vinha o padre tantas vezes quantas pedisse o paciente. Ouvia missa ali mesmo rezada, recebia a Santa Comunhão. Por último, recebia a *extrema-unção*. Cumpria suas penitências. Agia a Irmandade, exortando e confortando o condenado para aquele duro caminho do céu.

No dia e hora aprazados, vestia-lhe o sambenito¹⁹¹. Comparecia a Irmandade toda com seu hábito branco e capuz, sua bandeira branca desfraldada, o pendão e a cruz alçada.

¹⁸⁹Relatorio que à Assembleia Legislativa de Goyaz Apresentou na Sessão Ordinaria de 1839 o Exm^o Presidente da mesma Provincia D. Joze de Assiz Mascarenhas. (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 139-140).

¹⁹⁰**Sargento**: s. m. Official inferior militar. **Sargento-mor**: Official militar, que manda o regimento, e que tem outros exercícos; he superior ao capitão (PINTO, 1996, p. s/n).

¹⁹¹**Sambenito**: s. m. habito de penitencia, com que na primitiva Igreja estava á porta da Igreja o pecador. Tambem o que os penitenciados levavão no Auto de fe, e erão duas tiras de baeta enfiadas pelo pescoço huma amarela, e outra vermelha em aspa. (Ibidem, p. s/n).

Sambenito: o mesmo que sacco bendito, hábito, roupa que o condenado pelo Santo Ofício da Inquisição era obrigado a usar. Espécie de túnica, que variou de cor na Espanha e em Portugal, de acordo com a qualidade dos hereges. Na Espanha, inicialmente, o hábito era preto, mas essa cor foi posteriormente reservada aos réus obstinados e reincidentes, enquanto os demais usavam sambenito de cor amarela, com a Cruz de Santo André, vermelha, bordada na espalda e no peito. O sambenito não poderia se comunicar com a família e com os amigos, e ninguém podia lhe dar trabalho. Depois de morto, sua roupa era exposta no alto da igreja paroquial, para perpetuar na memória do povo a infâmia do réu e seus descendentes. Quando o sambenito ficava muito velho, era substituído por pedaços de pano amarelo com o nome da família do condenado, e o inquisidor cuidava sempre, nas

Na frente da cadeia formava-se o cortejo...

O cortejo dramático descia da cadeia com todos os sinos tocando finados. A Guarda Nacional com sua primeira linha formada. Ala dos Irmãos da Misericórdia metida nos seus balandras,¹⁹² de velas apagadas na mão e com o responso e orações pelos mortos. No centro vinha o condenado, já purificado de todos os pecados, metido no sambenito e com a corda no pescoço.

[...]

Atrás do cortejo, dois Irmãos da Misericórdia levam um caixão negro vazio, pobre, triste, sinistro onde recolheriam os restos do executado.

[...]

O sino da Igreja da Abadia ali mais perto tocava finados. Respondia o Carmo, o Rosário, a Matriz, a Boa Morte. No alto do estrado, o condenado recebia de joelhos a absolvição *in extremis*. O padre o ajudava a se erguer e tomava seu lugar ao lado esquerdo com cruz alçada.

[...]

Os Irmãos vestiam ali mesmo a mortalha, acomodavam o corpo no lúgubre caixão e enterravam mais tarde, ou no dia seguinte, fora do sagrado. (CORALINA, 2000, p. 73-86. Grifos da autora)

A salvação era luta árdua, que tinha na confissão e na penitência gestos importantes, completada com a intervenção dos vivos, expressas nas orações, na absolvição dos pecados, no acompanhamento do corpo por religiosos, confrades e outros. O destaque dado às irmandades em sua narrativa evidencia o papel relevante que elas tinham no momento da morte. Merece menção também a negação de sepultura em solo sagrado.

O cumprimento das diversas etapas dos rituais reflete a maneira de viver da sociedade e representa uma forma de agregação. Os gestos são constitutivos do *modus* de passagem para o além, propiciam segurança para os mortos rumo ao paraíso e garantem aos vivos a paz e a certeza de não serem incomodados por aqueles.

É justo dizer que os mortos, encurralados e separados dos vivos, nos condenam, a nós vivos, a uma *morte equivalente*: porque a lei fundamental da obrigação simbólica opera de todas as maneiras, para o bem ou para o mal...

inspeções que fazia às igrejas, para que os hábitos estivessem expostos. Na verdade, a Inquisição não absolvía, não importando a gravidade do crime, mantendo sempre acesa a memória daqueles que condenava (BOTELHO; REIS, 2008, p. 182, 183). **Baeta**: s. f. Tecido de lã grosso (PINTO, 1996, p. s/n).

¹⁹²**Balandrão**: s. m. Vestidura com mangas, e capuz, de que usão hoje os homens da tumba da Misericórdia (Ibidem, p. s/n).

Assim ocorre com a morte. A morte nada mais é, afinal, do que a linha de demarcação *social* que separa os “mortos” dos “vivos”; logo, ela afeta igualmente uns e outros. (BAUDRILLARD, 1996, p. 174. Grifos do autor)

A fim de nos “aliviar” desse peso que são os mortos e da “presença” da morte, realizamos os ritos. Morte e vida não estão dissociadas: a primeira é um detalhe da segunda. Isso porque no plano simbólico não existem diferenças entre vivos e mortos, pois têm condições diferentes, surgindo daí a necessidade de medidas preventivas ritualísticas, cujo objetivo é assegurar mecanismos de domínio das ações (BAUDRILLARD, 1996, p. 181).

O simbólico não é um conceito, nem uma instância ou categoria e tampouco uma “estrutura”. É um ato de troca e uma *relação social que leva o real ao fim*, que resolve o real e, ao mesmo tempo, a oposição entre o real e o imaginário...

O simbólico é o que leva ao fim esse código da disjunção e aos termos separados. *É a utopia que leva ao fim as tópicas da alma e do corpo, do homem e da natureza, do real e do não-real, do nascimento e da morte.* Na operação simbólica, os dois termos perdem seu princípio de realidade. Mas esse princípio de realidade nunca deixa de ser o *imaginário* do outro termo. (BAUDRILLARD, 1996, p. 181-182. Grifos do autor)

Os símbolos substituem ou sugerem algo, “resolvem” as oposições entre real e não real entre vida e morte. A trama sobre a morte passa pela compreensão das relações entre estes dois mundos distintos: material “vida” e celestial “morte”. Duas situações muito “presentes” em nosso meio e por isso mesmo cheia de interrogações, principalmente por causa de nossas dúvidas e expectativas sobre a vida no além-túmulo.

Tais analogias entre cosmogonia, antropogonia e a morte mostram, por assim dizer, a potencialidade “criadora” do ato da morte. Digo isso porque é bem conhecida a concepção das sociedades arcaicas, segundo a qual a morte somente é um fato real, consumado, quando as cerimônias funerárias foram devidamente cumpridas. Em outras palavras, a morte fisiológica é apenas o sinal de que devam ser realizadas novas atividades a fim de que se “crie” uma nova identidade para o morto. O corpo tem que ser tratado segundo um ritual específico para que não seja reanimado pela magia e, dessa forma, se torne agente de atos maléficis para a comunidade. Além disso, existe uma função mais importante do ritual: a alma deve ser guiada à sua nova

morada e ser ritualmente integrada na comunidade de seus habitantes. (ELIADE, 1979, p. 40. Grifos do autor)

O enfoque que proponho neste trabalho segue os caminhos da história cultural, objetivando decifrar os códigos e as práticas cotidianas, indagando sobre a maneira e as razões desses procedimentos habituais da população. A volatilização do paradigma cultural tem conduzido à sua aplicação em quase todas as pesquisas e está associado à polêmica em torno do que é história cultural e quais são suas fronteiras. Os termos *social* e *cultural* estão sendo usados de forma quase equivalentes. Outro ponto importante são as fronteiras culturais, vistas hoje não mais como ponto de intersecção, e sim como lugares de “relação” (BURKE, 2005. p. 146-149). Assim, as “construções” formuladas pelos atores envolvidos, suas condições objetivas, que nada mais são do que suas “visões” de mundo, são produtos dos embates diários do coletivo. Coletivo, este que deve ser enxergado em sua totalidade como uma produção histórica em que os campos de atuação e de envolvimento de seus membros estão inseridos.

A história cultural constitui-se como método que procura apreender o pensamento coletivo, fugindo aos sujeitos particulares. O uso, o modelo de todos os dias é, nesse ponto em que captamos as profundezas da cultura, onde podemos ler os arraigamentos que constituem a memória da comunidade, revelando as heranças do grupo: as rupturas, as perdas, as continuidades. Os estudos de rituais obrigam o historiador a perceber essas intersecções, pois elas contêm o material à compreensão dos ritos, que são práticas conhecidas e inteligíveis aos seus membros.

A cultura é constantemente elaborada e reelaborada, e, por isso, o comportamento dos indivíduos só pode ser compreendido em seu interior. Cada cultura tem uma característica própria, e o comportamento individual somente pode ser considerado e analisado dentro do sistema ao qual pertence. Esse é um devir constante e carregado de acomodação, tensão e conflito. Sua evolução é singular, em momento algum, ela se assemelha a qualquer outra, segue e/ou percorre os caminhos daquela (LARAIA, 1989, p. 19). As mudanças, processo em que as forças de resistência e permanência fazem-se presentes, caracterizam-se também por indecisões, pela instabilidade, pelos avanços e recuos e nunca ocorrem de forma abrupta. “Nem um só valor conquistado pela humanidade se perde de modo absoluto; tem havido, continua a

haver e haverá sempre ressurreição. Chamaria a isso de *invencibilidade da substância humana*, a qual só pode sucumbir com a própria humanidade, com a história” (HELLER, 1992, p. 10. Grifos da autora).

Adotei como modelo investigativo o estudo serial, não por ser um único método possível de apreciação, mas por acreditar que ele possibilita um melhor diálogo para a compreensão dos cuidados e das estratégias praticadas no “enfrentamento” da morte e a secularização. As séries evidenciam, com maior clareza, os pontos de continuidade e de intersecção, corroborando as permanências e as rupturas.

Entre os critérios de uma metodologia sistemática, no âmbito de uma História atenta às regularidades e descontinuidades, a quantificação continua a ser um procedimento abrangente e útil, mas não exclusivo. O seu campo de aplicação está hoje muito alargado, mas nem por isso é maior a confiança dos historiadores na aparente precisão dos indicadores numéricos. Basicamente, é preciso ter a idéia de que a quantificação tanto constitui uma barreira intransponível por força da plasticidade da própria realidade histórica, como contribui para acentuar e tornar perceptíveis aspectos por vezes apenas latentes numa história exclusivamente narrativa. (ARAÚJO, 1997, p. 23)

A utilização de modelos dá a entender que a história não é feita de fatos únicos em seus gêneros, singulares. Cada formação social possui mecanismos de relação e pontos de conexão com outras, e seus integrantes são suscetíveis de um exame capaz de distinguir os seus traços característicos ante aspectos e propriedades definidas de maneira precisa. Os dados da experiência podem ser tabulados e quantificados, estabelecendo-se meios que os integrem por categoria ou camada (FONTES, 1997). “O modelo é uma operação conceitual visando a representar relações ou funções que ligam as unidades de um sistema. Suas interações entrelaçam os elementos de um conjunto dado” (FONTES, 1977, p. 356).

Pode-se dizer o seguinte: a representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido. É esse duplo estatuto do passado que vários idiomas expressam por um jogo sutil entre tempos verbais e advérbios de tempo. (RICOEUR, 2007, p. 294)

Portanto, investiguei as práticas mortuárias desenvolvidas pela população, centrando o debate nas atitudes dos testadores e nas particularidades recorrentes na elaboração dos testamentos. As preocupações com a salvação, evidenciadas na confissão, nos pedidos de intercessão, na escolha do local de sepultura, na vestimenta de inumação, nos pedidos de acompanhamento, nas doações, nas missas e encomendações, e nas declarações de dívidas, bem como o arrolamento dos bens e a indicação dos herdeiros também tinham uma função salvífica, já que em muitos casos há um desejo de não prejudicar nenhum dos legatários e com isso dificultar sua entrada no céu. A partir de tais dados e de seu “controle”, analiso o estilo de vida da comunidade, presente nos motes ligados aos ritos fúnebres.

A documentação do século XIX existente em Goiás revela que a morte na província foi permeada por alterações em sua execução, porque, no decorrer da segunda metade da centúria, percebe-se uma ausência de pedidos de intercessão aos Santos e Anjos para auxiliar na *via post mortem*, uma redução do papel das confrarias em solidariedade no decurso dos ritos mortuários – bem como do pertencimento a alguma Irmandade –, uma queda do número de testadores que solicitam missas e, também, do número de pedidos e das diversas categorias de missas – almas dos pais, almas dos escravos, alma de quem teve negócios, do purgatório, etc –, simultaneamente a isso, temos o avanço das doutrinas sanitaristas e a criação dos cemitérios públicos, o que supõe um processo de secularização das atitudes em torno da morte.

Aponta-se neste contexto o marco divisório da pesquisa e eis o problema: os rompimentos em torno da morte, consubstanciados na secularização. Ressalto que isso não significa queda da religiosidade, muito pelo contrário; a secularização não elimina o religioso, que continua forte e presente ainda hoje. O estudo, portanto, tomará como premissa que as mudanças são eivadas de permanências, ajustando-se a um novo estilo de vida. Mudanças e permanências levam a outra ordem social. Partindo do pressuposto dessas mutações, algumas questões se fazem pertinentes: os católicos realmente acreditavam na importância da Igreja e das irmandades nos atos relativos à morte? Tomando por certa a resposta a essa pergunta, temos outra: como se

comportaram a Igreja e as irmandades diante da morte? De onde “sopravam” os ventos das mudanças e que rumos tomaram? Por que (re)invenção do fim?

De certa forma, nós estamos constantemente reinventando a nossa existência, a nossa história e/ou, talvez seja melhor dizer, inventando-a. O presente é a certeza; o passado é impossível de ser “recuperado”, pois não podemos voltar no tempo, mas tão somente investigar seus vestígios – as fontes históricas – para assim buscar compreendê-lo. Quanto ao futuro, apenas conjecturas, nada mais. As pessoas e as comunidades estão sempre se reinventando, à medida que propõem criar um novo *modus vivendi*. O “lugar” da morte e do morrer não são diferentes. Conceituo o lugar a partir das proposições de Cardoso que, com base em Augé (1995), é a maneira de ver, opinião pensada ou formulada que a população tem de seus vínculos, de suas conexões com a sua terra, com seus familiares e com os demais. Essa forma de ser ou de proceder é mutável em parte, de acordo com a condição dos elementos e do locus ocupado na estrutura social. Conforme Cardoso (2005), o lugar é um referencial, um ponto de sustentação, que, caso venha a sumir, a sua troca é complicada.

O lugar antropológico define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição – não importa se central, intermediária ou periférica – no sistema de valores, da hierarquia, do poder [...]. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu. (CARDOSO, 2005, p. 43. Grifos do autor)

O caminho que percorri possui duas “frentes” de estudo: por um lado, estudar os “preparativos” da morte, consubstanciados na elaboração das disposições testamentárias, e de outro, quando possível e não necessariamente, fazer a confrontação ou complementação delas nos registros de óbitos. Ambas as fontes têm importância, mas os registros de testamentos foram cruciais para o trabalho.

Foram examinados ao todo 3.028 registros de óbitos entre os anos de 1832-1899, contidos em dois livros localizados no Arquivo da Cúria Diocesana da Cidade de Goiás e 179 testamentos elaborados no decorrer dos anos de 1816 a 1899, constantes de três livros do acervo documental do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do

Brasil Central (IPEHBC) e de vários outros livros encontrados no Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis. Todos os óbitos foram registrados em cartórios da capital da província – status que a Cidade de Goiás manteve até a década de 1930, quando ocorreu a transferência da sede do governo para Goiânia, construída especificamente para esse fim –, e posteriormente do estado, sendo que vários deles eram de pessoas de outras localidades. Isso, todavia, não anula o estudo, posto que alguns aspectos dos documentos eram padrão, o cotidiano citadino não era muito diferente daquele encontrado no restante da província e os interesses que moviam os testadores eram semelhantes. Infelizmente em alguns momentos verificam-se lacunas na documentação, especialmente entre 1871 e 1880, problema que, coincidentemente, repete-se em ambas as fontes. Entretanto, considero que essas dificuldades pontuais não invalidam as séries construídas. Outra fonte que utilizei com certa frequência foram trechos das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide (1853), as Ordenações Filipinas e as orientações do Manual de bem morrer de Estêvão de Castro.

O trabalho foi estruturado em seis capítulos. O Capítulo I é voltado para a história da Província de Goiás e da Cidade de Goiás. Recorri à bibliografia sobre o assunto, aos escritos dos viajantes que estiveram em Goiás à época e à documentação publicada pela então Universidade Católica de Goiás (hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás) na série intitulada *Memórias Goianas*. Com o material coletado na pesquisa foi possível traçar um quadro das origens e da composição dos habitantes da província.

Em seguida, no Capítulo II, construo um percurso do comportamento em torno da morte, que com o tempo vai tornando-se algo apavorante. A Igreja assume o papel de mediadora entre os homens e Deus, e seu poder cresce reforçado pela pedagogia do medo, contido em diversos manuais de bem morrer. O medo da morte exige a execução de um complexo ritual, necessário para garantir uma boa passagem ao morto e assegurar aos vivos que o falecido não os incomodaria.

Para cumprir a extensa solenidade exigida, a população procedia à preparação para a morte, conforme orientação da Igreja. Esse trâmite norteou a elaboração do Capítulo III, em que discuto a confecção do testamento – justificativas, expectativas e disposições –, as regras civis e religiosas a serem seguidas. Com base nos exemplos

de Reis (1991) e Rodrigues (2005), que listaram os diversos motivos que levaram os testadores a fazer suas disposições finais, nesta tese foi feito um agrupamento, que propiciasse uma visão ampla do que norteou esses testadores na confecção dos seus testamentos. Ainda sobre essas justificativas, procurou-se identificar aquelas que apresentassem aproximações e/ou distanciamentos das orientações contidas no Manual de Estêvão de Castro. Em seguida, foi feita uma análise particularizada de alguns deles.

No Capítulo IV analiso a atuação da Igreja e das irmandades e as atitudes propiciadoras de encaminhamento da alma. A Igreja e as irmandades têm um papel muito importante nas ações e nos ritos a serem cumpridos no momento da morte e no pós-morte, como as missas, o cortejo, o sepultamento e as ações de intercessão pela alma do falecido. Tais gestos se completam nos pedidos e celebração das missas, tema que abre o Capítulo V. Nele também abordo os recorrentes conflitos pelos ofícios fúnebres; o agir e as manobras dos testadores, tomadas para afastar os perigos e assegurar condições favoráveis para a salvação; e também as ajudas e os donativos distribuídos pelos testadores. Na última etapa debato o destino do corpo em solo sagrado, a preferência pelo local de sepultura e a opção de vestimenta fúnebre. Por fim discuto o surgimento dos cemitérios extramuros e dos enterramentos no interior das igrejas, tomando como ponto de partida o estudo do Cemitério de São Miguel, da Cidade de Goiás, inaugurado em 1859.

No Capítulo VI enfoco as alterações em torno da morte, a medicalização da morte e as doutrinas higienistas que ditam o tom das mudanças, justificando as medidas profiláticas na saúde. Neste ponto, as fontes de estudo foram os relatórios dos presidentes da Província de Goyaz contidos na série *Memórias Goianas*, o projeto de criação da referida necrópole, com sua planta, seu regulamento etc. Ainda nesse tópico incursiono pela secularização da morte em Goiás, os embates diante das transformações, as forças de permanência e de mudança e quem as movia.

É consenso na historiografia brasileira que o ano de 1850 é marco de grandes transformações da sociedade, verificadas num crescente processo de urbanização e modernização, no avanço das ideias e dos discursos liberais, e nas crises entre o Estado e a Igreja, instituições quem vieram a se separar na República, com o

surgimento do Estado laico. Os assuntos ligados à morte não ficaram imunes a essas transformações, a exemplo da secularização dos cemitérios. Tomo por empréstimo a distinção conceitual que faz Fernando Catroga (1999, p. 18-19) entre secularização e laicização:

Quando aqui se usa o conceito de secularização não se pretende confundi-lo com o de laicização. Como se procurou esclarecer em outro lugar: o primeiro denota o longo processo de autonomização, em todos os níveis da vida social entre o profano e o sagrado; situa-se na longa duração, e foi-se concretizando em temporalidades diferenciadas, ainda que sempre num horizonte pautado pelos valores cristãos. Assim sendo, importa reter que o fenômeno da secularização nem sempre se definiu em oposição à Igreja (e muito menos à religião), aparecendo muitas vezes como reivindicação tendente a “desmitologizar”, “desmagificar” ou a “desclaricalizar” a sociedade, e não tanto a “descristianizá-la”. O conceito de laicismo se entronca no de secularização, remete para o propósito militante de a levar às últimas conseqüências, tornando-a equivalente a “descristianização”; refere-se, portanto, aos projetos de transformação cultural que os movimentos anticlericais e anticatólicos dos finais do século XIX e princípios do século XX (conjuntura em que se consolidou a expressão *laicismo*) procuraram concretizar nas sociedades européias predominantemente católicas. Dito isto, pode então aceitar-se que, se o laicismo é a versão mais radical do secularismo, nem toda secularização é sinônimo de laicismo.

Apesar da sua interessante reflexão, acompanho e concordo com Rodrigues (2005, p. 347-348) que diz: “A única crítica que faço ao autor [Catroga] é a equivalência que faz entre laicização e a ‘descristianização’”.

Nos livros *A morte é uma festa* (1991) e *Nas fronteiras do além* (2005), os autores João José Reis e Cláudia Rodrigues, respectivamente, também utilizaram fontes testamentais em suas pesquisas. Reis estabelece Salvador (BA) como foco de estudo, tomando como ponto de partida um levante popular contra a construção de um cemitério na cidade, mais especificamente o episódio que ficou conhecido como Cemiterada, ocorrido em outubro de 1836. Por sua vez, Rodrigues estuda a cidade do Rio de Janeiro na passagem para a segunda metade do século XIX e a transformação ocorrida no trato da morte com a secularização. Ambos os autores constituem a base das reflexões que desenvolvo sobre a influência da morte e do bem morrer em regiões metropolitanas durante o período oitocentista, status usufruído pela Cidade de Goiás, à época centro político e administrativo da província. A similaridade dos dados se explica

pelo fato de os testamentos seguirem as orientações das Ordenações Filipinas e dos manuais de bem morrer, só alteradas com criação do Código Civil brasileiro de 1916.

As transformações são uma constante na vida da humanidade, mas todo trabalho tem de “demarcar” um ponto de início e de encerramento. Um historiador consciente sabe que querer abraçar tudo é simplesmente insensatez e falta de conhecimento mínimo do labor histórico. Circunscrevo a pesquisa ao século XIX, que carrega ainda estruturas do século anterior, com o moribundo presidindo a sua própria morte, se preparando para ela, e ao mesmo tempo trazendo consigo os germes das mudanças. Ainda neste século muitas questões tiveram o seu “amadurecimento”. Tendo isso em consideração circunscrevo como recorte temporal dessa pesquisa o referido período, posto que em seu início ainda se faz presente características da centúria anterior e que ao longo do dezenove vão se rompendo. Já no seu final encontramos uma “nova” realidade – especificamente, sobre minha pesquisa: a secularização da morte. Neste momento proponho “encerrar” minha jornada de trabalho, a (re)invenção do fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lidar com a morte foi algo que sempre incomodou a humanidade, a civilização ocidental que o diga! Mesmo em pleno século XXI, muitas questões ainda nos pertubam. Temos consciência de nossa finitude, mas não respostas ao nosso destino depois da morte. Essa é com certeza a nossa maior angústia. O “apego” a vida se apresenta cada dia mais forte, exemplificado nos diversos tratamentos pela eterna busca da juventude. Nunca a humanidade recusou tanto a morte como no presente. Queremos uma vida longa, saudável e acima de tudo, marcada pela beleza. Essa deve ser conseguida a qualquer custo: atividade física, produtos anti-envelhecimento, cirurgias plásticas. Isso sem falar nos prolongados tratamentos diante de doenças incuráveis, mas que nos submetemos e tentamos abjurar a morte. Doentes terminais são isolados de nosso convívio para morrerem a sós num leitos de hospital, longe da “ordem” que é a vida, assim esses não causam uma desordem/desagregação no ritmo “natural” das coisas. É uma negação total da morte.

A morte é tão natural quanto o nascimento. É revestida de um caráter invencível que, por mais que se tente esquecer ou negar, acometerá a todos. É possivelmente a única certeza que o homem tem. Incertos são o dia e a hora que a “velha senhora” fará sua parca colheita e, também, o que se sucederá após o “apagar das luzes”. Na iminência da aplicação da pena capital a qual foi submetido, Sócrates refletiu sobre a duplicidade de sentidos que a morte detém. Ela poderia por um lado, representar o extinguir da existência. Por outro, ao contrário, “uma mudança de existência e, para a alma, uma migração deste lugar para outro” (PLATÃO apud: BERENCHTEIN NETTO, 2007, p. 19). Nas fontes documentais analisadas neste trabalho transpareceu a segunda condição dado por Sócrates, em que a morte representa a passagem desta existência para outra. E isso amedronta o espírito daqueles que deixam registradas suas derradeiras vontades nos testamentos. À medida que o “momento de passagem” torna-se iminente, aproxima-se, concomitantemente, o momento de “prestar contas” ao Criador. E diante dele, em seu Tribunal, seria decidido o destino da alma: ou o paraíso, ou o purgatório, ou o inferno.

A popularização da idéia de julgamento final facilitou o doutrinação da Igreja por meio de um pedagogia do medo. A morte exigia uma preparação. Em Goiás os atos relativos à morte sofrem, no decorrer do século XIX, sensíveis alterações, que duram até por volta de 1850, período em que as pessoas procuravam mostrar-se zelosas dos ensinamentos divinos. As atitudes louváveis deveriam ser praticadas em vida, como forma de garantir a entrada nos céus. A reparação dos erros cometidos dava-se quando da aproximação da morte, com a elaboração dos testamentos, a confissão e, posteriormente, com a execução dos ritos fúnebres. Esses cuidados era completados com a escolha do local de sepultura e do testamenteiro, e nos atos de caridade, expressos nas recompensas, esmolas e doações.

No decorrer da segunda metade do século, os testadores vão aos poucos “deixando” essas preocupações para trás. O testamento toma o rumo de uma ordenação da vida material. Entrementes, as mudanças tomam conta do Império e desaguam na implantação da República. A maior urbanização, a crise escravista, as transformações econômicas dificultam o arranjo político que sustentara o regime imperial. Consoante a esse momento, Estado e Igreja se veem envolvidos no processo

de romanização, em que esta tenta uma maior autonomia em face do regalismo e um estreitamento dos laços com o Vaticano. Tal crise não deixou de estremecer as relações entre as partes.

Assim, a Reforma Tridentina defendeu o sacerdócio dos ataques protestantes, insistindo no celibato clerical e revalorizando a figura do padre na comunidade de fiéis. A reiteração do primado dos sacramentos como meio obrigatório da salvação enfatizava a importância do clero como mediador da relação entre os católicos e seu Deus. Por outro lado, ao proclamar o primado do papa sobre os bispos, atava os clérigos a uma estrutura hierárquica encimada por Roma. A romanização se colocava pois como meta a ser atingida, apesar de na prática sofrer as vicissitudes causadas pelo jurisdicionalismo confessional do Estado moderno absolutista. (LIMA, 1998, p. 440)

As discussões demonstraram que, se a Igreja estava insatisfeita com a situação, era crescente também esse o sentimento de uma parcela da sociedade, que já não concordava plenamente com a ingerência da Igreja fora dos assuntos religiosos. Nesse contexto ocorre o crescimento das doutrinas médico-higienistas, que cobravam o fim dos sepultamentos no interior das igrejas, a criação dos cemitérios fora do ambiente urbano e sob o controle do poder público. O clero goiano, particularmente, reagiu com indignação à secularização dos cemitérios, processo que considerava ser fruto das ideias liberais e positivistas. As mudanças em curso, observáveis em todas as unidades da Federação, também em Goiás foram objeto de debates intensos e de acirradas disputas entre os princípios liberais e a Igreja. Pesquisando sobre a separação do Estado da Igreja, as repercussões e os debates locais, Vaz (1997, p. 61) cita o caso de Antônio Félix de Bulhões, ao qual a Igreja negou sepultura sagrada e sacramentos, por causa de suas convicções “*materialistas, evolucionistas, acrescidas do agravante de ter sido maçom convicto*” (Grifos do autor).

A secularização das necrópoles é tão somente parte das mudanças percebidas em torno da morte, evidenciadas na redução das questões religiosas contidas nos testamentos. As orientações estabelecidas nos manuais de bem morrer, como as do jesuíta Estêvão de Castro – *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer humchristão* – já eram pouco seguidas. Os testamentos já não tinham mais a função de organizar os encaminhamentos da alma, e sim de ordenar a vida material, a distribuição

da herança etc. Daí, inclusive, o crescimento do papel do testamenteiro na condução das exéquias fúnebres e, consoante a isso, o inteiro volume dos testamentos feitos depois de 1868, com redação dos tabeliães, mais uma das evidências das mudanças em curso.

E, como diz Philippe Ariès (1982), há um desejo de tornar a morte algo simples, de certa forma um desinteresse. Tal simplificação mostra-se nos testamentos, com ausência de detalhes, resumindo-se a recomendações do tipo: “com menor cerimônia possível” e “quero ser enterrado com a maior simplicidade às 7 horas da manhã” (ARIÈS, 1982, p. 353-355). O lugar do morto, como observa Vovelle (1997), tomados os devidos cuidados, vai estar completamente dissociado do templo ou da igreja, se autonomizando. A família e/ou o Estado passam a ter um papel de maior preponderância nos ritos mortuários.

Essas transformações atingem também o luto, que passa a ser visto mais como algo cultural (Vovelle, 1997). Ariès (1982) fala sobre uma “secura” nos lutos, relacionada a essa simplicidade no trato com a morte, e também que esse luto devia ser algo interior, e não externalizado, como se fazia até então. Os pêsames no final dos atos fúnebres, segundo o autor, são extintos. É o luto burguês, como conceitua Vovelle (1997, p. 353): “Esses novos ritos coincidem com novos *lugares da morte* e do além-túmulo cívico conforme se organizaram em função dessa dupla referência: de um lado a família e de outro o Estado” (Grifos meus).

Com relação à encomendação de missas, Campos (1992, p. 22) afirma:

A prática de se fundar missas, tão comum ao Antigo Regime, tem uma feição providencialista, pois se acreditava que sendo pródigo – nos gastos com o sagrado, erodindo-se as fortunas em louvor à corte celestial e na intenção das almas do Purgatório, o resultado seria a proteção divina. Enfim, uma mentalidade pouco afinada com a aurora burguesa, quando os recursos passam a ser empregados segundo critérios utilitaristas, deste modo no setor produtivo, com vistas à reprodução do capital. Assim sendo, as fundações perpétuas caem na caducidade em face de um mundo que deixou de ser sacral.

As mudanças não significam um rompimento total, a exemplo do caso de Benta Maria de Souza, que aparece em 1894 no quadro das justificativas por estar adoentada e, receando a morte, resolve testar. Com o avanço da secularização, os padres, que

outrora eram poderosos intermediadores no momento da morte, dando conforto ao moribundo com a extrema-unção, agora são substituídos pelos médicos, pois o doente morre num leito de hospital. É a morte negada, a morte burguesa. Novos atores, novos papéis. A morte e os ritos também se reatualizam, os enfrentamentos são outros.

Muito mais do que certezas, a pesquisa mostrou-me também a necessidade de responder a outros pontos, aos quais não me detive de forma satisfatória, como os manuais de bem morrer, a vestimenta como uma representação social, a memória da morte. O próprio testamento é uma prova cabal dessa situação, uma estratégia de ficar na memória, uma herança invisível para as gerações futuras, marca das atitudes e dos traços culturais da sociedade.

Sobre os cemitérios, as construções tumulares – seus aspectos, representações, epitáfios etc – ainda carecem de um estudo mais elaborado. No caso do Cemitério São Miguel, a passagem da sua administração para o poder público, ocorrida em 1927, pode ser aventada como o ponto de “encerramento” do processo de secularização da morte em Goiás. Quiçá, possa eu responder a tais dúvidas em outro momento.

As limitações autoimpostas a esta tese decorrem também da amplitude que envolve o trabalho do historiador e da impossibilidade de esgotamento de um estudo. Este nunca terá uma resposta imutável e total, até porque a inteligibilidade das questões só podem ocorrer no interior do grupo, jamais podendo ser narradas da forma tal como ocorridas. O próprio documento é uma criação de quem o produziu, uma representação de suas expectativas, só adquirindo unidade no momento em que seus significados são compreendidos de maneira uniforme por todos os elementos que o compõem. E por fim, vale lembrar que a postura metodológica é uma opção que reflete as implicações sociais e políticas, às quais o autor não está de forma alguma imune, e sim absolutamente influenciado por elas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 2). p. 11-93.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 1). Vol1. p. 83-154.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997. (Poliedro da história).

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. (Coleção Ciências Sociais, v. 1)

_____. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. (Coleção Ciências Sociais, v. 2)

ASSIS, Wilson Rocha de. Os moderados e a representação de Goiás n'a Matutina Meiapontense (1830-1834). 2007. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

ATAÍDES, Heloísa Selma Fernandes Capel de. *Flores de Goiás: tradição e transformação*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1990.

AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes. fasc. 141, v. XXXVI, março 1976. p. 95-130.

_____. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. (Coleção Cadernos de Teologia e Pastoral, 11).

_____. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. Tomo II/1. p. 153-242.

BAUDRILLARD, Jean. *A troca simbólica e a morte*. Trad. Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BEIRANTE, Maria Ângela. Salvação e memória de três Donas Corunchenses do século XIV. In: *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. Faculdade de

Letras. Universidade do Porto. Porto: FLUP, v. 3, 2006. p. 245-278. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4894.pdf>. Acesso em: 19 Jun. 2012.

BERTRAN, Paulo. "A memória consútil e a goianidade". In: *Revista UFG*. Ano VIII. nº 1, jun. 2006. p. 62-67. Disponível em:

<http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2006/arquivo/revista_ufg_junho2006.pdf>.

Acesso em: 15 abr. 2011.

BOFF, Leonardo. *Catolicismo Popular: o que é Catolicismo?* In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes. fasc. 141, v. XXXVI, março 1976. p. 19-52.

BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormentes*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1982.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. 6ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *A população goiana no século XIX: algumas questões*. In: *Populações*. Boletim do CEDHAL/USP. São Paulo: USP. nº 3, jan/jun. 1996. p. 4-8.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Irmandades Mineiras e Missas*. In: *Varia história*. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, nº 15, mar. 1996. p. 19-27.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção História)

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 8ª ed. São Paulo: Global, 2000.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 2). p. 337-383.

CASTRO, José Luiz de. *Transgressão, controle social e Igreja Católica no Brasil colonial: Goiás, século XVIII*. 2009. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, SP, 2009.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. (Coleção Minerva-História, 18).

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O movimento separatista do norte de Goiás(1821-1988)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1990.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: UFG, 1988. (Coleção Documentos Goianos, 17).

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das scienciasaccessorias* [...]. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. vol. 2: G a Z. Disponível em:
<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00756320#page/446/mode/1up>>,
<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00756320#page/447/mode/1up>>.
Acesso em: 24 abr. 2012.

COELHO, Gustavo Neiva. *A formação do espaço urbano nas vilas do ouro em Goiás: o caso de Vila Boa*. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 4ª ed. Goiânia: UFG, 1987.

_____. *Estórias da casa velha da ponte*. 9ª ed. São Paulo: Global, 2000. (Obras de Cora Coralina).

COSTA, Emília Viottida. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense. s/d.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800 uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O pecado e o medo: a cupabilização no ocidente (séculos 13-18)*. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003.

ELIADE, Mircea. *Ocultismo, bruxaria e correntes culturais: ensaios em religiões comparadas*. Trad. Noeme da Piedade Lima Kingl. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

_____. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos).

FONTES, Virgínia. História e modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 355-374.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal. In: HAUCK, JoãoFagundes et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. Tomo II/2. p. 141-253.

FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda (Coord.). *História geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernidade autoritária)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 131-210.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-110.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários: a morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 93-118.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Trad. Osmyr Faria Gabbi Júnior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GENNEP, Arnold van. *Los ritos de paso*. Trad. Juan Ramón Aranzadi Martínez. Madrid: Alianza Editorial, 2008. (Antropología).

GOMES, Pedro. *O pito aceso*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1942.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 33-59.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVII-XVIII). 1986. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (Série Interpretações da História do Homem, v. 2).

HOORNAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. p. 243-411.

IMHOF, Arthur E. Uma arsmoriendi para os nossos tempos: para viver uma vida plena – para alcançar uma morte tranqüila. In: *Varia história*. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, nº 15, mar. 96. p. 28-36.

KARACH, Mary. História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.) *Saúde e doenças em Goiás: uma contribuição para a história da medicina em Goiás*. Goiânia: UFG, 1999. p. 19-62.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Lana Lage da Gama. A reforma ultramontana do clero no Império e na República Velha. In: MARTINS, Ismênia de Lima; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; SÁ, Rodrigo Patto de (Orgs.). *História e cidadania*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998. p. 439-447.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910). 1982. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

MAGALHÃES, Sônia Maria. Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. 2004. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP, 2004.

MARRAMAO, Giacomo. *Céu e terra: genealogia da secularização*. Trad. Guilherme Alberto Gomez de Andrade. São Paulo: Unesp, 1997.

MARTINS, José de Souza. A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 258-269.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 2). p. 143-179.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da independência à vitória da ordem. In: *História geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernidade autoritária)*. Linhares Maria Yedda (Coord.). Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 111-129.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. As estratégias de purificação dos espaços na capital da província de Goiás (1835-1843). 1995. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

_____. Devotos de Nuestra Señora del Rosario de los hombres negros y seguidores del vudú: los rituales sudaneses en la región de los Guayazes al final del siglo XVIII. In: ZAVALA, María Teresa Cortés; CABRERA, Olga Rosa Garcia; SALAS, José Alfredo Uribe (Coord.). *Región, frontera y prácticas culturales en la historia de América Latina y el Caribe*. Morelia, México: Universidad Michocana de San Nicolás de Hidalgo; Goiânia, Brasil: Universidade Federal de Goiás, 2002. Impreso em México. p 71-92.

_____. Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás 1736-1808. 2005. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2005.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 1). p.155-220.

_____. Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil Colonial. In: *Cadernos IHU Idéias*. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo: Unisinos. Ano 3. nº 38. 2005. ISSN 1679-0316. Disponível em: <<http://www.categero.org/wp-content/uploads/2011/01/Luiz-Mott.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2011. p. 1-20.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira*. Goiânia: UFG, 2010.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910. 2006. Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, SP, 2006.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes. fasc. 141, v. XXXVI, março de 1976.

PALACÍN, Luís. *Sociedade Colonial (1549-1599)*. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.

_____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Cerne, 1986.

_____; MORAES, Maria Augusta Sant`Anna. *História de Goiás*. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994.

PEREIRA, Ana Luíza de Castro. Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700 – 1799. 2009. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal. Minho, Portugal: 2009.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução de Maria Lacerda de Moura. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967. Apud: BERENCHTEIN NETTO, Nilson. Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: PUC, 2007. Disponível em: <http://www.vigotski.net/ditebras/berenchtein.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1976.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central: Centro de Cultura Goiana, 1996. Edição fac-similada publicada em 1832.

RABELO, Danilo. Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889. 1997. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, UFG, 1997.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de(Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 2). p. 95-141.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François e outros. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: USP, 1975.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: UFG, 1992.

_____. Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: uma contribuição para a história da medicina em Goiás*. Goiânia: UFG, 1999. p. 63-127

SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região: a identidade em questão. In: CHAUL, NasrFayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: UCG, 2001. p. 17-23.

_____. Memória e história de Goiás. In: SANDES, Noé Freire (Org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 11). p. 17-35.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. 2011. Tese (Tese de Doutorado). Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2011.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975. (História, nº 19).

SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, 4). p. 173-244.

SILVA, Deuzair José da. *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980) – uma tentativa de micro-história*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG, 1997.

_____. Lembranças da morte na cidade de Goiás: o cemitério de São Miguel. In: *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*. Ponta Grossa, PR: UEPG. Vol. 1, nº 3, set./dez. 2010. p. 117-132. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2640/1982. Acesso em: 21 jun. 2012.

SILVA, Edimarda. O morrer na sociedade capitalista: presente e passado. In: *Fragmentos de Cultura*. Goiânia: Ifiteg, n. 1, v. 13, set. 2003. p. 135-164.

SILVA, Eliane Moura. *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. 1993. Tese (Doutorado em História) Departamento de História IFCH da Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, SP: Unicamp, 1993.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: UCG, 2009.

SILVEIRA, Alessandra da Silva. *O amor possível: um estudo sobre o concubinato no Bispado do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e no XIX*. 2005. Tese. (Doutorado em

História) Departamento de História IFCH da Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, SP: Unicamp, 2005.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Prefácio de Colemar Natal e Silva. Goiânia: Oriente, 1978.

_____. *A imprensa matutina*. Goiânia: CERNE, 1989.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. A expansão do povoamento em Goiás (século XIX). 1991. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG, 1991.

VAZ, Ronaldo Ferreira. Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955). 1997. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG, 1997.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997. (Série Temas, v. 42).

_____. *As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto*. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Unesp, 2010.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.